

457
H I S T O I R E

Sous la direction de
Claudine Auliard et Lydie Bodiou

Au jardin des Hespérides

Histoire, société et épigraphie des mondes anciens

Mélanges offerts à Alain Tranoy

PUR

História antiga, universidade e público

José d'ENCARNAÇÃO*

Sempre a História se fez eco — ainda que inconsciente — da conjuntura política. Por mais que proclame a sua «independência» e junte argumentos a documentar o rigor da sua análise, o historiador é um homem do seu tempo e disso não pode fugir. Daí que a temática escolhida para a sua investigação obedeça — ainda que inconscientemente, repita-se — aos «ventos» que sopram derredor. Assim, um livro como *La Méditerranée antique*, que Alain Tranoy assinou com Maurice Sartre, pode servir-nos de exemplo. Em primeiro lugar, porque se destina ao grande público : é a Universidade a sair das suas portas. Depois, porque publicado em 1990, quando sobre um Sul mediterrânico se começava a fazer sentir a pressão do Norte anglo-saxónico, a globalização era palavra de ordem e tornava-se imperioso proclamar : « L'unité politique réalisée par Rome ne débouche pas pour autant sur l'uniformité. »

Na verdade, um docente universitário faz a sua investigação, nomeadamente tendo em vista a sua progressão na carreira. E Alain Tranoy ficará sempre conhecido como o historiador que soube, de forma singular, reunir saberes das mais variadas procedências — da Arqueologia, da Linguística, da Numismática, da Epigrafia, da História que dimana das fontes literárias antigas... — para nos dar, na sua *Galice romaine* (Paris, 1981), não um simples repositório de « recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité », modesto subtítulo desse livro, mas um panorama cabal e exaustivo, na medida em que tal é possível fazer a dado momento, do que foi a Gália desde os tempos proto-históricos — essa « terre des castros » — até ao seu « effondrement », a partir de meados do século V da nossa era, sob pressão dos « bárbaros », designadamente os

* Université de Coimbra

Suevos, contra os quais procuraram resistir, numa tentativa, quiçá, como escreve Alain Tranoy, de mostrarem como fora bem conseguida a integração das suas gentes nos esquemas mentais e políticos romanos.

Manteve-se o investigador ligado a esta parcela singular da Península Ibérica e sobre ela continuará a escrever artigos, como sobejamente o mostra o seu *curriculum*. Contudo, se, como proclama Raymond Bloch, «on conçoit mal un historien de Rome qui ne soit pas en une certaine mesure épigraphiste», poderemos também afirmar, sem medo de errar, que se concebe mal um investigador — sobretudo de História Antiga — que não sinta a tentação (inevitável!) de utilizar essa História quer para a leccionação quer para a divulgar ao chamado grande público, tão rica ela se apresenta de lições e flagrante actualidade.

Detém a França, desde longa data, um público sedento de conhecer coisas do Passado, tanto mais que o currículo escolar pré-universitário e o universitário (com mais forte razão) exigem olhares sobre os horizontes de que, um dia, as Gálias quase chegaram a ser o coração. Daí, a publicação de livros como o referido *La Méditerranée antique*, integrado na colecção *Cursus*, da prestigiada editora Armand Colin (Paris, 1990), que visava dar à estampa «des livres, des synthèses, pour commencer par l'essentiel». E curioso será verificar que este é o segundo volume da colecção, depois de *La Religion grecque*, de L. Bruit-Zaidman e P. Schmitt-Pantel.

La Méditerranée Antique? Que estranho título para uma síntese, poder-se-á exclaimar, à primeira vista; no entanto, depressa caímos em nós e transformamos a exclamação em pergunta: porquê esse interesse pelo Mediterrâneo? E, sobretudo, pelo Mediterrâneo antigo? Que magia dele se poderia desprender? E, aqui, a resposta é simples, desde que consciencializada a época que viu despertar esse interesse. Desde finais da década de 80 do século passado que o livro, de Fernand Braudel, *La Méditerranée à l'époque de Philippe II* (1949), estava a ser encarado com outros olhos. Certo, tivera Braudel a consciência clara de que centrar «une étude historique» «sur un espace liquide» «a tous les charmes» mas detém «plus sûrement encore tous les dangers d'une nouveauté». Mas é «une nouveauté» bem consciente, saída dos escombros de uma Grande Guerra que mostrara claramente estarmos perante uma Europa «a dois tempos»: um tempo atlântico, nórdico, competitivo, apressado, e um tempo mediterrânico, de maior tolerância e vida tranquila — como as águas do *mare nostrum* quase de interior... França, Espanha e Portugal (e estamos a lembrar-nos da obra fundamental do geógrafo Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945, 2ª edição em Lisboa, 1967) repartiam-se entre um mar e um oceano, viviam de um e de outro, umas vezes mais, outras menos; ao tempo de Filipe II, por exemplo, conquistado que fora Portugal, recuperara-se essa ideia de uma unidade que, para a maior parte dos agentes «históricos», detinha relevante interesse. E recordava-se, decerto, que haviam sido os Romanos os primeiros a lograrem fazer desse mar um forte

traço de união, para que nem a temporária criação dos *praefecti orae maritimae*, sediados em *Tarraco*, tal como a constante vigilância apertada levada a efeito pelas frotas oficiais de Ravena e do Miseno não só não constituíam obstáculo como eram importante reforço de profunda solidariedade. Longe iam já, por outro lado, as recordações de uma «descolonização» do Norte de África, designadamente dos difíceis anos 60 na Argélia, e se apontava de preferência o facto de aí, em recuadas eras, ter existido uma Numídia, província romana desde os remotíssimos tempos de Júlio César. Também a Tunísia e Marrocos começavam a interessar-se, de modo particular, pelas suas raízes romanas, tão abundantes e imponentes eram os vestígios urbanos que nos seus territórios se encontravam e que despertavam uma curiosidade grande, num momento em que, concomitantemente, o fenómeno turístico, com o seu interesse pelo Antigo, despertava rapidamente pela Europa. E se um livro como o de Marcel Benabou, *La Résistance africaine à la romanisation* (Paris, 1975), a acentuar os aspectos em que África dera singular contributo, ainda que a custo, para uma cultura comum, se pode considerar, por um lado, precursor do que hoje, em princípios do III^o milénio, perante a avassaladora «globalização» por todo o lado se pretende realçar, desencadeou, por outro, desde logo e quase contemporâneo, um movimento a mostrar como, mais do que «resistência», houvera «assimilação»: é disso prova evidente a realização em Madrid, no ano de 1974, do V^o Congrès International d'Études Classiques, subordinado ao tema «Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde romain». Estava a nascer a consciência de que o Mediterrâneo, mais do que separar, unia, ou melhor, precisava de unir. Essa consciencialização demoraria ainda algum tempo a consolidar-se, pois também haviam sido profundas as feridas resultantes da reorganização dos territórios. E será a Universidade de Sassari, na Sardenha, decerto também devido à sua situação geográfica, que logrará pôr de pé, em 1983, pela mui oportuna iniciativa e dinamismo inigualável do Prof. Attilio Mastino, o primeiro do que se considera ser hoje um dos mais relevantes pontos de encontro de especialistas em História Antiga do mundo mediterrânico: os *Convegni di Studio L'Africa Romana*, sempre com a colaboração de entidades das duas margens do Mediterrâneo ocidental, digamos assim, e de que já se anuncia para 16-19 de Dezembro do corrente ano de 2004, a XVI edição em Rabat, tendo como tema fundamental «Mobilità delle persone e dei popoli, emigrazioni ed immigrazioni nelle provincie occidentali dell'impero romano», um tema, sem dúvida, assaz pertinente nos tempos que correm.

Não é, pois, de admirar que Alain Tranoy haja aceite o desafio de escrever, em linguagem acessível para o grande público, juntamente com Maurice Sartre, o citado volume sobre o que foi a vida do Homem em torno do Mar Mediterrâneo, desde o Mar Negro à Península Ibérica, entre o século IV antes e o século III depois de Cristo.

Seria, por certo, fastidioso, enumerar e — muito menos! — comentar com detalhe as várias temáticas abordadas pelos autores. Cumpre, porém, dar da obra uma panorâmica para que se capte, afinal, as intenções subjacentes, aquele espírito da época de que falávamos a princípio como sendo — ainda que inconscientemente — o universo mental em que o historiador se movimenta e de que forçosamente se faz eco. Começa-se por salientar que, entre os séculos III e I a. C., o mais plausível é falar de «Mediterrâneos», porquanto há, do lado oriental, os Lágidas, os Selêucidas, a Macedónia e toda uma tradição helenística, e, do lado ocidental, contamos com o «império cartaginês», os povos da Península Ibérica e da Gália do Sul, enquanto a pujança romana se começa a querer impor e revelar. Tempos de violência houve, motivados pelas crises económicas (nessa altura, sobretudo de produção agrária), a determinarem, como «última solução», guerras civis entre pobres e ricos — em Roma, por exemplo, os *Optimates* e os *Populares*, chefiados por Sula e Mário, respectivamente — e a natural intervenção militar. E, aqui, cumpre sublinhar a acuidade com que se acentua o carácter específico do militar romano, que é simultaneamente o *miles* e o *civis*, o militar e o cidadão, uma notável «spécificité de l'armée romaine» (p. 48), ao mesmo tempo que se vai caminhando para o aparecimento de *mercenarii*, designadamente por necessidades de alistamento. Com efeito, os *Optimates* conseguem, amiúde por dinheiro, eximir-se ao serviço militar obrigatório e a cada vez maior franja populacional dos *proletarii* vê na incorporação nas fileiras uma forma fácil de sobreviver e de, mais tarde, ganhar um estatuto social e económico favorável. O caminho para «l'armée de métier» (p. 48-49) fica, assim, inteiramente aberto, mormente a partir do momento em que Mário, para ter um contingente capaz de lutar contra Cimbro e Teutões, alista quantos se apresentarem como voluntários, independentemente da classe de censo a que pertençam.

A um período de insegurança seguem-se, necessariamente, «échanges et mutations» (capítulo 3, p. 60-74), em que dois factores são fundamentais como elos de ligação entre os diferentes povos: a cultura («la diffusion de l'héllénisme», p. 70-74), mediante o seu veículo primordial, a língua (o Grego no Mediterrâneo Oriental e o Latim progressivamente fazendo o seu avanço para Ocidente); e a religião: «dieux et dévots à la conquête de l'espace méditerranéen» — p. 74-79. Por isso, os autores concluem: «Ainsi, dès l'époque républicaine, la Méditerranée tend à devenir un lieu de convergence culturelle des élites avant même que ne soit totalement réalisée son unité politique, concrétisée par la victoire d'Actium. Le retour de la paix ne peut que favoriser ce processus et permettre un nouveau développement des échanges de toute nature» (p. 79) — afirmação que, neste dealbar do III milénio, contém, como facilmente se observa, um germen de actualidade considerável.

Estamos, pois, diante de um Mediterrâneo «imperial», em progressiva e segura organização político-administrativa (p. 80-92); mas há que dar

particular atenção à forma como reagiram as comunidades locais — como essa « globalização » foi entendida e vivida no quotidiano: oposições e revoltas? Sem dúvida. Todavia, o génio romano depressa soube compreender que era imprescindível ter em conta as pessoas, individual e colectivamente, a sua língua, a sua religião, as estruturas sociais, os seus modos de vida transumantes... (p. 94-109). E se esse perspicaz olhar para as gentes constituiu, então, o trunfo real para o êxito do que, a partir de determinado momento, se começou a designar de « romanização », vocábulo a que, hoje, por motivos óbvios, se recorre cada vez com menos frequência, o certo é que — por os políticos não estudarem História... — esse é, nos nossos dias, um dos principais obstáculos que se encontram para impor medidas que não tenham em conta as originalidades locais. Somos naturalmente forçados a ver uma Bruxelas rigorosamente dividida em duas áreas linguísticas; deveríamos ver com outros olhos — quiçá com « olhos romanos » — outras « singularidades »... E que me seja permitido fazer aqui um parêntesis na leitura da obra que estamos a apreciar, para consciencializarmos o título dado a este brevíssimo ensaio: « História Antiga, Universidade e público »: na verdade, neste passo, como noutros que se multiplicam ao longo do livro, os autores sabem aproveitar um pequeno pormenor para instilar no leitor o que lhes parece ser importante como lição a reter. E esta é uma delas, de relevância primordial.

« O Mediterrâneo explorado: as actividades económicas » (p. 123-157) permite-nos um olhar atento sobre o modo como todo este conjunto acabou por funcionar — o mar, as rotas terrestres, a mão-de-obra, os intercâmbios com regiões mais afastadas... com vista à construção do « Mare Nostrum », símbolo, afinal, desta Europa mediterrânea, em que tanto nos apraz viver. « Um mundo de cidades », em que os notáveis sabem dosear poder e benemerência; um espaço urbano e rural, eficazmente organizado para os fins que se pretendem obter: na cidade, a imitação da Urbe Eterna, no campo, a produtividade maior... Um « ritmo de vida » (p. 177-185), em que, afinal, « cultivar o espírito », « celebrar o corpo », « honrar os deuses » se arvoram como slôganes efectivos que um qualquer candidato a uma qualquer presidência neste ano da graça de 2004 não enjeitaria em aceitar — se, para tal, os seus conselheiros houvessem cultura bastante para os haverem haurido na história das nossas « raízes », desta « civilização mediterrânica », muito nossa, que — assim terminam os autores — não tem outro termo para cabalmente a caracterizar que o da « civilisation gréco-romaine, qui souligne l'apport des deux cultures sans interdire de moduler chacun des termes en fonction des réalités locales » (p. 185). No fundo, a tal aprendizagem que é muito preciso fazer, estudando a História como ela deve ser estudada.

E se, nesta linha de pensamento, uma referência à obra *La Méditerranée archaïque*, de Michel Gras, saída também da editora Armand Colin, mas algum tempo depois (em 1995) já não fará tanto sentido, pois que apenas

aborda os séculos VIII, VII e VI a. C., não ficaria, no entanto, bem com a minha consciência se, para ilustrar esta preocupação de Alain Tranoy, partilhada por Maurice Sartre (na altura docente de História Romana na Universidade de Tours), eu me não referisse, ainda que, em traços ainda mais largos, a um outro projecto, que vem precisamente na mesma linha do anterior: a *Histoire de la Méditerranée*, sous la direction de Jean Carpentier et François Lebrun (Le Seuil, 1998). A ideologia subjacente é a mesma; agora, com uma dimensão maior: é que, neste momento, o Mediterrâneo ultrapassou largamente as suas fronteiras físicas e «les méditerranéens entrent alors dans le jeu mondial: Rome n'est plus dans Rome mais à Washington, Londres, Moscou ou Riyad...» e, queiram ou não, entendamo-lo como quisermos, «centre du monde ou bien périphérie», «voie morcelée en mers distinctes ou comme un pion sur un échiquier mondial, la Méditerranée n'est pas moins là, dans sa réalité, telle que nous la voyons dans l'immédiat et telle qu'elle s'installe aussi dans les mouvements lents de la terre, des hommes et des paysages» (p. 11), «mer immense et multiple aux yeux des Anciens, simple élément de la circulation transocéanique aux yeux des Modernes» (p. 15). E não deixa, por tudo isso, de ser bem sintomático que, solicitado para redigir a primeira parte do volume (p. 17-122), Alain Tranoy haja escolhido para subtítulo «la quête de l'unité» — a unidade que, hoje, também procuramos salvaguardar, cultural e ecologicamente.

Começa A. Tranoy por se referir ao «temps des découvertes» (p. 21-37), a primeira abordagem dos homens ao espaço em que se poderiam movimentar e instalar; «un espace à coloniser (VIII^e-V^e siècle av. J.-C.)» sintetiza os movimentos coloniais da Grécia, chegando-se mesmo a supor que caminharíamos «vers une Méditerranée grecque» (p. 38-56), se, afinal, esse espaço não tivesse suscitado de imediato a cobiça das várias hegemonias em presença, em que Roma começa a desempenhar um papel determinante («un espace à conquérir», p. 57-80). De novo, se fala de crises, de guerras, mudanças e reorganizações, sendo delas o Império Romano o principal motor, desempenhando o poder militar, em todo este processo, um papel preponderante e salutar. Acontece, porém, que o balanço final, apesar de um Mediterrâneo que é «espaço económico» (p. 100-105) — como a nossa Europa do III milénio — e «civilização comum» (p. 106-111), nos deixa ver, apesar de tudo isso (repete-se), um «Mediterrâneo dividido» (p. 111-122), de «oposições e resistências», de «crises e mutações»; enfim, um Mediterrâneo «partagé», palavra que em si contém, numa ambiguidade que aos Romanos também seria muito cara, um grito de alarme e um largo sopro de esperança: «partagé» é «dividido», mas é, também, e isso nós queremos que o seja, «partilhado». Enfim, pelas margens do Mediterrâneo Antigo brotaram civilizações culturalmente muito fecundas; a tendência para, em seu redor, se formar um poder político unificador originou os naturais conflitos mas deteve frutuoso papel, de que, por exemplo, em seu

tempo, Roma beneficiou, até porque, « au contact du riche héritage laissé par les Grecs » daí nasceu « une culture gréco-romaine ».

Alain Tranoy conclui afirmando que é essa cultura a « base de toute réflexion historique sur le monde méditerranéen » (p. 118). Sabendo nós, porém, que é (deveria ser!) a reflexão histórica que deve pautar as grandes decisões — políticas, económicas, sociais e outras... — a mensagem implícita nesta frase, de mui singela aparência, não poderia ser mais eloquente. E, assim, ensinando a um público alargado, o professor universitário saiu definitivamente da « torre de marfim » em que teimosamente os outros poderes o preferiam ver enclausurado e desceu a terreiro, qual legado de uma legião, a combater por uma causa que nenhum outro poder — felizmente!... — teve a ousadia de lhe proibir, porque brota, natural, do manancial científico que, gota a gota, ao longo de serena aprendizagem, foi sabendo armazenar.



Sous la direction de
 Claudine AULIARD et Lydie BODIOU

Au jardin des Hespérides

Histoire, société et épigraphie des mondes anciens



LES TERRITOIRES de l'histoire ancienne s'agrandissent d'années en années et nombre d'historiens se sont mis en quête du *Jardin des Hespérides*. Situé aux confins du monde antique, du côté du soir où le soleil disparaît à l'Occident, il paraissait inaccessible au point qu'Héraklès dût longuement errer, traverser toutes sortes de contrées et mener de difficiles combats contre le géant Antée ou le gypaète qui dévorait le foie de Prométhée. Dans ce jardin, les arbres donnaient des pommes d'or. Pour les chercheurs, elles ne garantissent pas l'éternelle jeunesse mais la curiosité permanente, celle qui contribue au renouvellement de la recherche et de ses problématiques.

Les contributions rassemblées dans ce volume mènent de la Phénicie à la Grèce, de l'Égypte à la Maurétanie Tingitane, de l'Afrique à Poitiers en passant par Périgueux, pour arriver à la péninsule Ibérique. Elles s'attardent sur les apports épigraphiques, traquent les graffitis, s'interrogent sur la place de traces minuscules. Elles se demandent ce que signifient les heurs d'une société à travers quelques thèmes : la guerre, la guérilla, les jeux du cirque, le corps féminin, la famille et les réseaux. Enfin, elles proposent de nouveaux regards sur les espaces et les territoires. De la sorte, les conventus, le pouvoir local dans les provinces occidentales, le trafic routier et nombre d'aspects relatifs aux transformations urbaines permettent de prendre la mesure des avancées de l'histoire ancienne.

Le présent ouvrage rassemble des *Mélanges offerts en hommage par ses collègues et amis à Alain Tranoy* qui enseigna l'histoire ancienne à l'université de Poitiers avant d'en assurer la présidence. Spécialiste de la Galice romaine, il est l'auteur d'une œuvre de référence dont rendent compte les contributions réunies ici et regroupées en trois grands domaines appartenant, semble-t-il, au jardin divin : les écritures et les traces, les sociétés et les conflits, les cités et les territoires.

Claudine AULIARD, professeur d'histoire romaine, et Lydie BODIOU, maître de conférences d'histoire grecque, enseignent à l'université de Poitiers.

En couverture : Fresque de Pompéï, détail d'un jardin.

Publié avec le soutien de



ISBN 2-7555-0049-5

28 €